

O discurso de apologia à ditadura militar nas mídias digitais: entre o silenciamento e a equivocidade de sentidos

The discourse of apology for the military dictatorship in digital media:
between silencing and the equivocality of meanings

Rosiene Aguiar-Santos¹
Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes²

Resumo: Embora, na conjuntura da década de 1990, a democracia no Brasil estivesse se consolidando, o discurso da ditadura militar brasileira ainda continuava circulando e produzindo efeitos de sentido, principalmente, em programas televisivos e em jornais. A fim de compreender esse processo, sob a ótica da Análise de Discurso preconizada por Michel Pêcheux (1969; 1975; 1983), objetivamos analisar a circulação e o funcionamento do discurso militarista-ditatorial, após o fim do regime militar no Brasil (1964-1985). Para a constituição do *corpus*, apresentamos sete sequências discursivas compostas por um recorte de trechos de um vídeo publicado no *YouTube*, em 2016, com uma entrevista do então deputado federal Jair Bolsonaro a um programa de TV exibido em 1999, além de um recorte de comentários de internautas sobre o respectivo vídeo. As análises mostram que a circulação do discurso na *internet* atualiza a memória do discurso militarista-ditatorial e instaura o acontecimento discursivo, sob as condições de produção/circulação do discurso digital, com efeitos parafrásticos e polissêmicos. Observamos o funcionamento de um jogo metafórico em torno da significação de democracia, ditadura e revolução, processo que mobiliza diferentes redes de memórias, instaura o silenciamento e uma disputa de sentidos e de posições-sujeito.

Palavras-chave: discurso da Ditadura Militar; arquivos subterrâneos; silenciamento; equivocidade de sentidos.

Abstract: Although, at the juncture of the 1990s, democracy in Brazil was being consolidated, the discourse of Brazilian military dictatorship continued circulating and producing effects of meaning, in television programs and in newspapers. To understand this process, from the perspective of the Discourse Analysis advocated by Michel Pêcheux (1969; 1975; 1983), we aimed to analyze the circulation and functioning of the militarist-dictatorial discourse after the end of the military regime in Brazil (1964-1985). For the constitution of the corpus, we presented seven discursive sequences composed of a cut of excerpts from a video of YouTube, in 2016, with an interview of the then federal deputy Jair Bolsonaro to a TV show aired in 1999, in addition of internet users' comments on the respective video. The analyses show that the circulation of the discourse on the internet updates the memory of the militarist-dictatorial discourse and instates the discursive event, under the conditions of production/circulation of the digital discourse, with paraphrastic and polysemic effects. We observe the operation of a

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Vitória da Conquista, BA, Brasil. Endereço eletrônico: roseaguiar.contato@outlook.com.

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL, Vitória da Conquista, BA, Brasil. Endereço eletrônico: gcortes@uesb.edu.br.

metaphorical game around the meaning of democracy, dictatorship and revolution, a process that mobilizes different networks of memories, establishes the silencing and a dispute of meanings and subject-positions.

Keywords: discourse of the Military Dictatorship; underground archives; silencing; sense equivocity.

Gestos de início

Na década de 1990, o Brasil transitava entre o fim do Regime Militar (1985) e o retorno da democracia. Embora, o país estivesse retomando o caminho democrático, a memória do militarismo ainda continuava circulando e produzindo efeitos de sentido em um (in)tenso jogo discursivo, principalmente, em alguns espaços da imprensa, formando um conjunto de arquivos, que, com base em Pêcheux (2014), estamos denominando de arquivos subterrâneos da mídia, pois, devido às limitações de circulação da imprensa convencional, como em programas televisivos regionais, esses arquivos circulavam de forma bastante restrita.

Nessa conjuntura, o então deputado federal Jair Bolsonaro concedeu uma entrevista ao programa Câmera Aberta, exibido em 1999, pela TV Bandeirantes do estado do Rio de Janeiro. Nessa entrevista, o deputado defendeu a ditadura e a tortura, considerou o fechamento do Congresso e proferiu ameaças a civis e ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC). Embora tenha havido, naquele momento, repercussão desfavorável ao deputado pelo teor dessa entrevista, inclusive com a especulação de uma possível cassação do seu mandato³, além de comentários reprovando as declarações dadas pelo parlamentar⁴, semanas depois, Jair Bolsonaro retorna ao mesmo programa para uma nova participação, na qual ele ratifica seus posicionamentos e afirma ter sofrido um *massacre* devido às alegações que fez durante sua primeira ida àquele programa de TV.

Posteriormente, já em nosso tempo, as duas entrevistas são republicadas no *YouTube*⁵ e disponibilizadas para acesso irrestrito, conforme as políticas de privacidade da plataforma de compartilhamento de vídeos e as especificidades da *internet*. Esses vídeos formam, portanto,

³ Disponível em:

<https://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/5/zn052550.htm>. Acesso em: out. 2021.

⁴ Comentários de autoridades, como o presidente do Congresso, Antônio Carlos Magalhães (ACM), e o da República, FHC.

⁵ A primeira entrevista é republicada em 2017 no canal João Roberto Laque. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=21IQ84pnuwo&t=869s>. Acesso em: 12 maio 2021, e a segunda em 2016, no canal Bolsonaro Jefferson gobi, que compõe o *corpus* deste artigo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c3Rx-ChIt0>. Acesso em: ago. 2021.

um arquivo discursivo, conforme Pêcheux (2014), o arquivo é definido como um “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão [...]” (Pêcheux, 2014, p. 59).

Nesse sentido, sob a ótica da Análise de Discurso Pecheuxtiana, questionamos, neste estudo, que funcionamentos discursivos são instaurados, tendo em vista trechos da segunda entrevista do deputado federal Jair Bolsonaro ao programa *Câmara Aberta*, em 1999⁶, e na republicação e circulação dessa materialidade na plataforma *YouTube*, em 2016. Quais posições são ocupadas discursivamente e que efeitos se instauram, a partir dos comentários de internautas interpelados ideologicamente como sujeitos desse discurso?

Dessa forma, objetivamos analisar, a partir dessa materialidade, como se deu o funcionamento do discurso de apologia à ditadura militar no período do retorno da democracia ao Brasil, naquele momento do fim da década de 1990, bem como, a atualização desse discurso nas mídias digitais da atualidade, a fim de observar que efeitos de sentido são instaurados, considerando as condições de produção e de circulação do discurso digital, conforme defendido por Dias (2018).

A seguir, apresentaremos o percurso teórico-metodológico traçado para o processo analítico deste estudo.

Percurso teórico-metodológico

A Análise de Discurso (AD) desenvolvida pelo filósofo Michel Pêcheux (1969; 1975; 1983) visa questionar as evidências de sentidos, a partir de uma visão não transparente da língua, considerada a base material da produção do discurso, o objeto próprio da AD, e definido por Pêcheux (1995) como o efeito de sentido entre os interlocutores.

Na perspectiva da Análise de Discurso, os sentidos não são estabelecidos previamente, mas sim são constituídos em um jogo de relações que envolve a língua, a ideologia, a historicidade e o sujeito (Pêcheux, 1997). Nessa trama discursiva, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, que produz o efeito da evidência dos sentidos, determinados por uma dada formação discursiva (FD), e assim, esse indivíduo passa a ocupar uma dada posição-sujeito no discurso. Pêcheux (1995) conceitua a FD como determinante do que pode e deve ser dito, a partir das relações com as formações ideológicas, em uma dada conjuntura sócio-histórica. Para o autor, as formações discursivas representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes (Pêcheux, 1995).

⁶ Em trabalho publicado anteriormente, foi realizada uma análise discursiva de trechos da primeira entrevista supracitada.

De acordo com Orlandi (2003), o sujeito ocupa um determinado lugar para dizer o que diz. Todavia, o sujeito discursivo é atravessado pelo inconsciente e não se dá conta dessa interpelação, mas sim, acredita ser a fonte do que diz e que controla os sentidos que são materializados na língua. Pêcheux (1995) declara que sujeito e sentidos são constituídos de modo concomitante.

O discurso funciona sob certas condições de produção, as quais, como afirma Orlandi (2003), envolvem tanto as circunstâncias imediatas do momento da enunciação, como também toda a conjuntura histórica e ideológica que determina os discursos, em um sentido amplo. Para a autora “[...] um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros [...]” (Orlandi, 2003, p. 39). Portanto, é preciso atentar-se à historicidade constitutiva dos discursos e estabelecer relações com a atualização dos já ditos, a fim de compreender os efeitos discursivos em movimento.

Conforme Orlandi (2001), o processo discursivo ocorre em três momentos: a constituição, a formulação e a circulação. É, portanto, no interdiscurso que se dá a constituição dos discursos. O interdiscurso compreende o lugar dos já-ditos, daquilo que fala sempre “[...] antes, em outro lugar e independentemente” (Pêcheux, 1995, p. 162), ou seja, os pré-construídos, que, por sua vez, determinam a constituição dos sentidos no discurso. Nas palavras de Pêcheux (1995), o interdiscurso corresponde “[...] ao todo complexo com dominante das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes” (Pêcheux, 1995, p. 147), isso significa que o interdiscurso comporta um conjunto de inúmeras formações discursivas, no entanto, apenas uma será dominante no discurso, e cabe à forma-sujeito regular os sentidos que devem ou não figurar uma FD (Indursky, 2011).

O interdiscurso se apresenta de duas formas, a saber, como pré-construído e como discurso transversal. Esses elementos discursivos são essenciais à constituição dos sentidos, posições-sujeito e efeitos de memória no discurso. O pré-construído é o elemento do interdiscurso que determina o intradiscurso – a formulação do discurso – além de ser também uma condição de produção e de interpretação discursiva. O discurso transversal, de acordo com Pêcheux (1995, p. 154) “[...] atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece [...] a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como sujeito falante”. Já o conceito de intradiscurso, segundo Pêcheux (1995, p. 167), é “[...] um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’”. Seria o momento em que ocorre uma

atualização, repetição, de um discurso por meio de sua textualização, isto é, um já-dito é materializado e produz outros efeitos de sentido.

A memória discursiva, para Pêcheux (1999), permite que se restabeleça os implícitos diante da leitura de um acontecimento, tornando possível, portanto, a atualização dos sentidos presentes no interdiscurso, sejam os pré-construídos, discursos transversos, os saberes que já falam antes, em outros lugares e independentemente. No entanto, como postula Indursky (2011) ao distinguir as duas noções, a memória não diz respeito a “[...] todos os sentidos, como é o caso do interdiscurso, mas aos sentidos autorizados pela Forma-Sujeito no âmbito de uma formação discursiva” (Indursky, 2011, p. 87).

Cabe ainda ressaltar que a memória discursiva não é

[...] uma esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório [mas] necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (Pêcheux, 1999, p. 56).

Portanto, para Pêcheux (1999), a memória é um espaço conflitante, em que ocorre movências e inconstâncias, produzindo distintos funcionamentos nos processos discursivos.

Conforme Courtine (2014), a memória discursiva “[...] diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...]” (Courtine, 2014, p. 105-106, destaques do autor). O autor ainda estabelece que a memória discursiva permite vários funcionamentos no interior de uma FD, a exemplo da lembrança, da repetição, da refutação e do esquecimento.

Como vimos com Orlandi (2001), a constituição dos discursos é realizada no interdiscurso, no entanto, a formulação e a circulação são igualmente relevantes nesse processo. Desse modo, neste artigo, as condições de produção da formulação do discurso, e, sobretudo da sua circulação, ocorrem no ciberespaço.

Iremos analisar o funcionamento do discurso de apologia à ditadura militar e sua memória atualizada e reinscrita nos espaços midiáticos da *internet*, tomando como arquivo, a materialidade que inscreve a segunda entrevista de Jair Bolsonaro ao Câmera Aberta republicado no *YouTube*. Assim, a formulação do discurso em pauta, embora tenha se dado primeiramente na mídia televisiva convencional, sob a forma de uma entrevista, sofre efeitos do digital também na formulação, visto que passa a funcionar sob as condições da digitabilidade que atravessam o discurso, considerando a corpografia digital (Dias, 2008), significantes

próprios das tecnologias digitais, a exemplo dos *emojis*, que também interferem na produção dos sentidos.

Sob essas condições, a circulação dos discursos é bem distinta e específica, sem barreiras de tempo e espaço. Assim, o digital não é apenas uma mera forma de tecnologia para o discurso, mas configura e determina como a circulação dos discursos ocorre no âmbito eletrônico (Dias, 2018). As discursividades que circulam nos ambientes digitais tomam amplitude, devido às especificidades da comunicação digital, desse modo, instauram-se novos sentidos e novos posicionamentos, já que o ambiente digital é “[...] um espaço de lutas, de organização de atividades políticas, de constituição e funcionamento de discursos” (Cortes, 2015).

O arquivo que constitui o *corpus* discursivo deste estudo, qual seja, a segunda entrevista do então deputado federal Jair Bolsonaro ao programa Câmara Aberta, passa a circular sob as novas condições de produção e divulgação do espaço digital da *internet*. A partir desse arquivo, efetuamos um recorte para constituir o *corpus* analítico composto por sete sequências discursivas (SDs). Essas SDs se constituem a partir da transcrição de trechos da entrevista, além de um recorte de comentários dos internautas que acessaram a republicação no *YouTube*. Dessa forma, a construção do *corpus* atinge “[...] um conjunto de formulações produzido pelo próprio processo de interpretação do discurso, no confronto com o arquivo (Dias, 2015, p. 972).

Vejamos o funcionamento dessa trama discursiva em nossos gestos de análises.

Movimentos de análises

Para situar nossos gestos de interpretação, antes de apresentar as sequências discursivas deste estudo, é importante explicitar as condições de produção e de circulação sob as quais funciona esse discurso. Para isso, tecemos algumas considerações que dão conta da conjuntura sócio-histórica em que se insere a segunda entrevista do deputado Jair Bolsonaro ao programa Câmara Aberta.

A entrevista ocorreu em 1999 no programa Câmara Aberta, transmitido pela TV Band no Rio de Janeiro⁷. Antes disso, como apresentado na introdução, o deputado Jair Bolsonaro já havia sido entrevistado no mesmo programa e feito declarações antidemocráticas, a exemplo de fechar o Congresso Nacional, e extremistas, como fuzilar o presidente do Brasil e iniciar uma guerra civil: “[...] Bolsonaro declarou que, na época da ditadura, os militares deveriam ter

⁷Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c3Rx-ChIlt0>. Acesso em: ago. 2021.

fuzilado ‘uns 30 mil corruptos a começar pelo presidente Fernando Henrique Cardoso’” (Lopes; Lana, 1999)⁸.

Conforme já salientado, a repercussão dessa primeira entrevista foi bastante significativa e gerou debates acerca de uma punição ao deputado, como a cassação do seu mandato defendida pelo presidente do Senado, à época o senador Antônio Carlos Magalhães. Além disso, Bolsonaro também recebeu duras críticas do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pelas declarações feitas:

[...] ‘Afirmarões desse tipo mostram que o deputado não se converteu à democracia. O presidente tem certeza e espera que o Congresso tomará as medidas cabíveis’, disse o porta-voz da Presidência, Georges Lamazière. O porta-voz, entretanto, *descartou a possibilidade de o presidente acionar a Justiça contra o deputado* (Lopes; Lana, 1999, destaque nosso)⁹.

Devido a toda reverberação provocada por essa entrevista, o deputado retorna ao programa na tentativa de contornar os transtornos causados na sua primeira participação. Nesse ínterim, tramitava nas instâncias competentes a possibilidade de perder seu mandato parlamentar. Esta segunda entrevista, portanto, constitui a materialidade que compõe as SDs 1 e 2, constituídas de trechos em que o deputado comenta acerca das declarações dadas durante a primeira entrevista.

Vejamos o trecho que constitui nossa primeira sequência discursiva:

SD1

Bolsonaro: [...] eu não tenho que me desculpar por aquilo que eu não pequei. Eu tenho certeza que eu não pequei. Eu não dei uma entrevista pra você [referindo-se ao entrevistador, Jair Marchesini], pensando em afrontar deputado ou senador, ou afrontar o Congresso, eu falei aquilo que o povo queria ouvir e hoje em dia eu sou até muito mais reconhecido nas ruas, quando ando por aí e o pessoal acha que eu estou no caminho certo. Agora eu não vou voltar a pregar isso daí, eu dei o meu recado, vão agora no início de agosto, botar em votação essa resolução da mesa, pedindo aí um afastamento, uma cassação temporária por 30 dias do meu mandato, vou ficar sem salário, tudo bem não tem problema, eu sou acostumado viver com poucos recursos como sempre vivi no Exército [...] (BOLSONARO..., 2016), inserção nossa). [sic]

Na SD1, o deputado Jair Bolsonaro é interpelado pela ideologia ditatorial e se filia à formação discursiva militarista, de forma a assumir uma posição-sujeito antidemocrática nessa

⁸Disponível em: <http://www.senado.leg.br/noticias/OpinioPublica/inc/senamidia/historico/1999/5/zn05257.htm>. Acesso em: ago. 2021.

⁹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania#/inc/senamidia/historico/1999/5/zn05257.htm>. Acesso em: ago. 2021.

trama discursiva. Ao proferir que “[...] não pensou em afrontar o Congresso ou os senadores na entrevista anterior[...]” (SD1), Bolsonaro, a partir do lugar de deputado, um lugar social democrático, se posiciona contra a democracia e como defensor da ditadura, em adesão à FD militarista, visto que pediu o fechamento do Congresso, tal como ocorreu pela instituição do AI-5¹⁰ no regime ditatorial.

No entanto, instaura-se nessa configuração discursiva um sentido de denegação, que, segundo Courtine (2014), consiste em negar um elemento do saber próprio da FD que afeta o sujeito do discurso. De acordo com Indursky (1990, p. 120), ao “[...] incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito de um discurso, mas, que mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalcado na FD, manifestando-se em seu discurso, apenas através da modalidade negativa”, dessa forma, ao contradizer que o desejo de fechamento do Congresso não é de fato uma afronta aos legisladores, o deputado ocupa uma posição-sujeito que nega os sentidos do discurso que enunciou, instaurando, então, um efeito de denegação.

Além disso, outros sentidos se instauram no funcionamento do discurso, a exemplo do dito: “[...] eu falei aquilo que o povo queria ouvir e hoje em dia eu sou até muito mais reconhecido nas ruas, quando ando por aí e o pessoal acha que eu estou no caminho certo”. (SD1). Nessa fala, o deputado ocupa uma posição de porta-voz do povo, pois fala em nome do desejo de uma determinada população, afirma que *o povo* queria que o Congresso fosse fechado e que a democracia fosse substituída por um regime de governo autoritário. A função de porta-voz visa produzir uma voz em consenso (Sargentini, 2006), isto é, o sujeito que assume essa função no discurso impede que o povo tome o lugar de orador (Pêcheux, 1990a) realizando somente ele essa ação, exatamente o que ocorre no funcionamento discursivo da SD1, em que o entrevistado assume uma posição de porta-voz do povo. Entretanto, dá-se um efeito de contradição, já que o deputado é eleito pelo povo para defendê-lo e não para se apropriar da sua vontade e assumir posicionamentos antidemocráticos, como o fechamento do Congresso, o que se configura como uma apropriação indevida dessa posição de porta-voz.

Observamos ainda o não reconhecimento e conseqüente não reparação do erro cometido na entrevista anterior, pois ao se esquivar da responsabilidade de suas palavras e dos sentidos antidemocráticos que elas materializaram, o deputado não se redime, e, por meio da posição-sujeito de porta-voz que assume, passa ao povo a responsabilidade pelos ditos, vejamos: “*Eu não tenho que me desculpar por aquilo que eu não pequei*” (SD1). Aqui a memória da ditadura

¹⁰ O AI-5 é considerado o mais rígido decreto do período ditatorial, sendo a lei que estabeleceu o fechamento do Congresso Nacional, possibilitou a cassação de mandatos e instituiu interventores para estados e municípios, o que deu poderes legislativos exclusivos ao poder executivo durante o regime militar.

militar se inscreve nas falas do deputado com efeitos parafrásticos, pela repetição desses sentidos de fechamento do Congresso, em nome da população, sendo esta favorável ao retorno dos militares ao poder.

Ao dizer: *“Agora eu não vou voltar a pregar isso daí, eu dei o meu recado, vão agora no início de agosto, botar em votação essa resolução da mesa, pedindo aí um afastamento, uma cassação temporária por 30 dias do meu mandato”* (SD1), o parlamentar recua em seu posicionamento, apenas pelo receio de ser afastado e até mesmo perder seu mandato, devido ao processo de cassação que corria no Congresso. Bolsonaro também ocupa uma posição-sujeito de humildade e modéstia, ao dizer que seu afastamento temporário, caso efetivado, retiraria o seu salário como deputado *“[...] vou ficar sem salário, tudo bem não tem problema, eu sou acostumado viver com poucos recursos como sempre vivi no Exército”* (SD1).

Apesar dos posicionamentos de medo e de covardia assumidos pelo deputado, conforme vimos na SD1, nessa segunda entrevista, notamos a ratificação dos sentidos antidemocráticos e o funcionamento da posição-sujeito de apologia e defesa em relação à ditadura militar em todas as declarações dadas na primeira participação do deputado no programa de TV.

A falta de punição ao deputado, à época, pelas declarações que materializavam um discurso antidemocrático¹¹ produziu efeitos de permissividade de que ele continuasse a se posicionar como sujeito desse discurso anticonstitucional. Naquele momento, o deputado foi apenas advertido pelo presidente da Câmara Federal, Michel Temer, após ter apresentado uma carta de retratação pelas afirmações que fez durante o programa, com um pedido de desculpas e, por isso, não houve cassação do seu mandato¹². Em consequência disso, o discurso produzido na segunda entrevista se configurou com efeitos de continuidade, pois o entrevistado reafirma a posição-sujeito favorável ao regime militar, com efeitos de apagamento de ditadura.

Conforme já salientado, o vídeo com a entrevista em pauta circulou, primeiramente, em 1999 em um programa de TV com transmissão apenas para as regiões contempladas pela área de cobertura daquela emissora local, desse modo, o discurso circulava em condições bem restritas, de forma a apagar o efeito de ameaça que essas declarações traziam à democracia brasileira.

¹¹ Conforme os destaques na citação de Lopes e Lana (1999).

¹² De acordo com O Globo, essa equivalia a segunda vez que o deputado era apenas advertido pelo Congresso devido ao teor antidemocrático de seus posicionamentos. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/09/09/temer-ja-salvou-bolsonaro-com-uma-carta-em-1999.ghhtml>. Acesso em: out. 2021; e em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019990526>. Acesso em: mar. 2022.

No entanto, postulamos que a atualização desse discurso de apologia à ditadura militar no *YouTube* configura-se como um acontecimento discursivo, já que sua redistribuição sob as condições da *internet* muda o modo de funcionamento desse discurso – antes em circulação restrita ao regional – e que passa a circular em/na rede mundial.

Essa republicação registra mais de 18 mil visualizações, sendo que mais de 680 internautas que assistiram ao vídeo marcaram a opção *Gostei*. Não é mais possível identificar as marcações em *Não gostei*, devido a uma mudança realizada no *YouTube* em novembro de 2022, em que apenas os criadores do conteúdo podem ter acesso a esse dado. Essas são, portanto, ferramentas de interatividade da plataforma digital e, portanto, também constitutivas de sentido e posições-sujeito.

Além disso, também existe a possibilidade de comentar sobre o conteúdo do vídeo e dessa forma, mais de 150 opiniões de usuários estão subscritas acerca da entrevista. Dessas opiniões, selecionamos algumas, considerando a regularização e os deslizamentos de sentido, para constituição das SDs de 3 a 7 do nosso *corpus*¹³.

Para Courtine (2014), a memória produz efeitos diante do cruzamento dos dois eixos discursivos, o vertical situado no interdiscurso e o horizontal, que compreende o intradiscorso, isto é, quando “[...] uma formulação-origem retorna na atualidade de uma ‘conjuntura discursiva’” (Courtine, 2014, p. 106). As formulações podem retornar produzindo efeitos de memória parafrásticos, quando não há alterações nos sentidos que funcionam, como também podem produzir deslizamentos e equivocidade dos sentidos, pois “[...] os sentidos são rememorados, atualizados, re-significados” (Indursky, 2003, p. 103).

Assim, a memória do discurso militarista-ditatorial é atualizada pela configuração do acontecimento discursivo, com a retomada desse discurso em ambientes virtuais da *internet*, como no canal do *YouTube*. De acordo com Pêcheux (1990b), o acontecimento discursivo se dá no ponto de encontro de uma memória com sua atualidade. O autor argumenta que a memória funciona sob um jogo de forças, que tanto pode produzir a estabilidade dos sentidos, como pode instaurar perturbações aos discursos já ditos; “[...] um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula [...], mas também, ao contrário, o jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’ (Pêcheux, 1999, p. 53).

Dessa maneira, a noção de acontecimento articula-se à movimentação da memória discursiva, põe em jogo os pré-construídos presentes no interdiscurso que se atualizam no

¹³ Dados de junho de 2022, e podem mudar a qualquer momento devido à inconstância da *internet*.

retorno de uma dada formulação-origem, como afirma Courtine (2014). Vejamos a SD2, com mais um trecho da entrevista.

SD2

O que eu quero dizer pra população é que o regime militar não foi isso que pregam por aí, [...] o regime militar foi brando, então peço para os jovens que procurem seus avós, aqueles que tem cabeça branca, cabelos brancos, e converse com eles como foi o regime militar. Hoje em dia a população diz que no regime militar se vivia muito melhor do que hoje, eu não sei se é bom ou não o regime militar, eu não vou entrar no mérito, não quero problema, ‘tá’? Mas o meu pai sempre dizia que no regime militar se tinha autoridade, se respeitava o próximo, se respeitava a família, e por aí afora, [...] porque a democracia demais também atrapalha, no Brasil perdeu-se a noção do que é um regime democrático, parece que na democracia vale tudo, e não é isso que o povo quer, o povo quer principalmente autoridade, e hoje em dia nós não temos (BOLSONARO..., 2016). [*sic*]

Na perspectiva da AD, o enunciador sofre determinações ideológicas, se insere numa dada Formação Discursiva e se expressa a partir dos saberes que essa FD permite. Dessa maneira, é a FD que “[...] determina o que pode e deve ser dito” conforme Pêcheux (1995, p. 147). Bolsonaro, ao ser entrevistado no programa Câmera Aberta, se identifica com os sentidos permitidos por uma FD antidemocrática, militarista, e ocupa uma posição-sujeito favorável ao discurso ditatorial.

Ao declarar que “[...] o regime militar não foi isso que pregam por aí, [...] o regime militar foi brando” (SD2), o deputado, interpelado pela ideologia da ditadura militar, retoma a memória inscrita na FD Militarista, que silencia os sentidos de ditadura para o período em que o Brasil foi governado por militares-ditadores. Esse discurso busca apagar a memória do militarismo e impor a construção de uma nova rede de sentidos, com a reorganização da memória discursiva, contrapondo a ciência e a história do país, pelo apagamento dos sentidos de ditadura para o regime militar, sendo aí discursivizado como *brando*. Esses sentidos de brandura (SD2) instauram o silenciamento para as mortes, torturas, perseguições e mordaca ocorridos na ditadura, e buscam, ao mesmo tempo, produzir sentidos de que aquele foi um período agradável e calmo. Entretanto, o que a história do Brasil mostra, e confirma cientificamente, é que houve sim um período ditatorial no país (1964 a 1985), com dureza e severidade aos opositores do regime, que se caracterizou como um momento de ruptura democrática, iniciado pela deposição do presidente João Goulart em 1964, e que decorreu em ríspidas adversidades provocadas pelos arbítrios dos generais que presidiram o país nos anos subsequentes.

Cabe salientar que o termo *brando* é repetido no discurso jornalístico, ao se materializar no jornal *Folha de S. Paulo* em um editorial¹⁴ intitulado *Limites a Chávez* publicado em 17 de fevereiro de 2009. O editorial discursivizava que a ditadura militar no Brasil *não foi tão grave*, ao utilizar o neologismo *ditabranda* na tentativa de comparar o regime militar brasileiro de 1964 com a atual (2009), à época, política venezuelana. No entanto, o já-dito *ditabranda* é ainda mais anterior ao editorial da *Folha* e da entrevista do deputado, uma vez que já foi também utilizado pelo general e ditador chileno Augusto Pinochet em 1983, ao responder as críticas feitas ao seu governo¹⁵ (Lampoglia *et al.* 2016).

Esse é o trabalho da memória discursiva que aqui funciona parafrasticamente, pela repetição de formulações, que nesse caso, produz efeitos de regularidade discursiva. A metáfora discursiva consiste na substituição de palavras, expressões ou proposições em determinadas formulações, “[...] o efeito metafórico funciona quando há uma substituição contextual [...]” (Pêcheux, 1997, p. 96). O termo *brando* substitui metaforicamente a expressão *ditabranda*, que conseqüentemente substitui o vocábulo ditadura, no intuito de negá-la e ressignificar essa prática como um processo tranquilo e democrático.

Há também outros funcionamentos nesse discurso. Quando o deputado indica que se deve conversar com as pessoas que viveram no período militar para saber como era esse tempo, conforme SD2: “[...] peça para os jovens que procurem seus avós, aqueles que tem cabeça branca, cabelos brancos, e converse com eles como foi o regime militar”, aqui ele ocupa uma posição-sujeito de negacionismo da ciência e da história. O discurso produz sentidos de que o senso comum é mais confiável do que o conhecimento científico, que confirma o regime militar como uma ditadura. Ademais, esse discurso também exalta o período ditatorial, discursivizado aí como *melhor* do que o regime democrático, o que, conseqüentemente, silencia os sentidos de tortura, assassinatos, censura, exílio e perseguição aos opositores e as prisões arbitrárias e políticas, além dos desaparecimentos que ocorreram durante o estado de exceção, que, por sua vez, são sentidos que identificam o regime militar decerto como uma ditadura.

Na SD2 temos ainda os ditos “[...] porque a democracia demais também atrapalha, [...] parece que na democracia vale tudo, e não é isso que o povo quer, o povo quer principalmente autoridade, e hoje em dia nós não temos” (SD2). O discurso enunciado pelo deputado nega a importância da democracia, embora ele tenha sido eleito em um regime democrático. Todavia pela imunidade parlamentar, o deputado consegue se posicionar discursivamente contra a

¹⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>. Acesso em: jan. 2022.

¹⁵ O termo é usado, seja em espanhol *dictablanda* ou em português, no intuito de minimizar efeitos negativos de governos autoritários, ditatoriais.

democracia, como podemos conferir no trecho: “[...] *democracia demais também atrapalha, no Brasil perdeu-se a noção do que é um regime democrático [...]*” (SD2).

Nessas formulações (SD2), temos novamente o funcionamento da posição-sujeito de porta-voz do povo, alegando que a população “[...] *quer autoridade, e hoje em dia nós não temos*”. No entanto, o termo *autoridade* aqui substitui autoritarismo, pois essa é a postura vigente em um regime militar ditatorial (SD2). Todavia, a posição-sujeito de porta-voz não pode ser legitimada, como afirmado anteriormente, devido à ruptura que se estabelece, pois ele foi eleito pelo povo para promover a democracia e não para negá-la. Espera-se que uma população que vota e vive sob uma democracia não legitimaria um porta-voz que falasse em nome dela contra sua liberdade e a favor do autoritarismo de uma ditadura, no entanto, comprovamos nos últimos anos, o quão possível isso é.

Mas os sentidos sempre podem ser outros, e assim, na seção de comentários que constitui a segunda parte analítica deste estudo, os internautas se manifestam em distintas posições-sujeito, após assistirem ao vídeo publicado na rede.

Segundo postula Dias (2004), as discursividades digitais são constituídas do “[...] enredamento dos sujeitos que se conectam e produzem sentido” (Dias, 2004, p. 57), e para que se possa compreender esses sentidos é necessário relacionar às relações de historicidade, pelas derivas do sujeito e do sentido. O sujeito-leitor, ao se inscrever no discurso produzido no digital, tanto pode estabilizar os sentidos quanto instaurar equívocos e falhas na língua, pois cada comentador também estabelece relações com a ideologia e pode se identificar ou não com os efeitos ideológicos em funcionamento na trama do discurso.

Devido aos objetivos e às limitações deste estudo¹⁶, foram considerados cinco comentários para este procedimento analítico, referente ao funcionamento do discurso no digital. Desse modo, as SDs de 3 a 7 são formuladas por comentários de internautas que assistiram ao vídeo e se manifestaram por meio da ferramenta dada pela plataforma de vídeos¹⁷.

Nesse recorte de SDs, temos dois funcionamentos discursivos: um com posições-sujeito de concordância em relação as SDs 1 e 2, quais sejam, a SD3 e a SD4, e outro com efeitos de sentido de resistência a essa regularidade discursiva militarista-ditatorial, a saber, as SDs 5, 6 e 7¹⁸.

¹⁶ Considerando que este estudo se trata apenas de um recorte de tese de doutorado em construção.

¹⁷ Não houve edição nem alterações nos textos dos comentários. Todos foram transcritos exatamente como estão no vídeo da entrevista publicado no *YouTube*. Devido a possibilidade de se identificar ou comentar anonimamente, e isso ser livre na plataforma, mantivemos as identidades digitais dos internautas do mesmo modo como estão inscritos na rede social.

¹⁸ Os comentários se encontram no mesmo *link* em que está o vídeo com a entrevista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c3Rx-ChIt0>. Acesso em: jun. 2022.

Quadro 7 – Transcrição das sequências discursivas

SD3	<i>Matheus Honorato</i> (há 4 anos): Hahahahahaha. 4 anos desse grande homem na presidência. Brasil acima de tudo Deus acima de todos [sic]
SD4	<i>Nilton Junior Pereira</i> (há 4 anos): Incrível a coerência do Bolsonaro defendendo suas idéias, ontem e hoje [sic]
SD5	<i>Mariana Barreto</i> (há 4 anos): Vim do futuro para dizer que NADA mudou... 🤔🤔🤔

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nos comentários que constituem as SDs 3 e 4, realizados anos atrás, são produzidos sentidos de apoio a Jair Bolsonaro, com efeitos de comemoração ao início e a duração do seu mandato, na SD3: “[...] 4 anos desse grande homem na presidência”, e de admiração quanto à “[...] coerência do Bolsonaro”, na SD4, isso, por ele manter e defender, atualmente, a mesma posição-sujeito do vídeo, de acordo com a referida SD. Nessas SDs, o dito “há 4 anos” equivale ao primeiro ano, 2019, de governo de Bolsonaro como presidente, momentos de efervescência e esperança em relação ao seu mandato.

Portanto, os sujeitos-internautas se identificam com os efeitos da ideologia militarista e se posicionam como apoiadores do presidente, bem como do discurso enunciado por ele naquela entrevista veiculada no vídeo que assistiram. Também ocorre o atravessamento do discurso religioso-cristão no dito nacionalista¹⁹ “[...] Brasil acima de tudo Deus acima de todos” (SD3), *slogan* bradado em toda campanha de Jair Bolsonaro e, posteriormente, em seu governo. Esses comentários, constitutivos das SDs 3 e 4, funcionam em adesão à posição-sujeito militarista-ditatorial ocupada por Bolsonaro.

Podemos observar que o efeito de admiração em relação ao presidente ser *coerente*, que funciona pelo vocábulo “*incrível*” na SD4, se movimenta para um sentido de frustração e tristeza, em relação a essa mesma coerência, quando formulado na SD5: “[...] Vim do futuro para dizer que NADA mudou... 🤔🤔🤔 (SD5).

Nessa SD, constituída de um comentário publicado há quatro anos, a internauta sugere que veio do futuro (2019) para comentar no vídeo (década de 1990) “*que NADA mudou...*” (SD5). De imediato, podemos entender que nesse comentário também funciona um efeito de coerência para Bolsonaro, por manter as ideias de antes, conforme apontava a SD4. No entanto, pelo funcionamento da corpografia digital, que segundo Dias (2008) “[...] cria essa emoção, nas

¹⁹ E com efeitos parafrásticos à estrofe do hino nazista que diz “Alemanha acima de tudo”.

condições de produção muito específicas do uso do computador” (Dias, 2008, p. 20) e suas especificidades, como os *emojis*²⁰, por exemplo, esse funcionamento mostra que nessa SD, os *emojis* presentes no fim do comentário, expressando a emoção do choro “🙏🙏🙏” (SD5), podem produzir sentidos de contraidentificação ao discurso materializado no vídeo comentado, pois o sentido sempre pode ser outro e choro pode instaurar sentidos de tristeza, frustração e lamento por *nada ter mudado*, produzindo desregulação para esse discurso, assim como nas SDs seguintes.

Passemos às próximas SDs, que instauram a resistência ao discurso defendido por Bolsonaro, provocando rupturas de sentido, com a instauração de uma FD democrática.

Quadro 8 – Transcrição das sequências discursivas 6 e 7

SD6	<i>Edite Teixeira (há 4 meses)</i> : Misericórdia, Senhor!!! João 8:44 seria o versículo certo para essa pessoa e não João 8:32 Socorroooooooooo 🙏🙏🙏🙏🙏 ♀🙏 [sic]
SD7	<i>Verdade seja dita (há 2 meses (editado))</i> : Quem diria, ele era contra as privatizações. E criticava aumento exagerado do preço do combustível. Disse também que as forças armadas tinham que defender a Amazonia da exploração. Sempre foi contraditório. [sic]

Fonte: Elaboração própria (2023).

Quanto às SDs 6 e 7, é importante destacar que são constituídas de comentários realizados “há cerca de 4” e “2 meses”²¹, isto é, bem mais recentes do que aqueles constitutivos das SDs anteriores (3, 4 e 5) de quatro anos atrás²². Nesses comentários, os internautas ocupam uma posição-sujeito filiada à FD da democracia, antagônica à FD militarista-ditatorial, a qual se inscrevem os dizeres enunciados por Bolsonaro e por seus apoiadores.

Cabe lembrar que, ao dar entrevista coletiva assim que foi declarado eleito Presidente da República em 2018, Jair Bolsonaro citou o versículo bíblico constante no Evangelho de João 8:32: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” e ao longo do mandato, recorria a citação desse texto bíblico. No entanto, segundo Ernst, Silva & Vieira (2019), o uso desta passagem da escritura sagrada cristã se constitui como um discurso político-teológico e, para as autoras, o uso do significante *verdade* pelo presidente movimenta dois significados adversos nesse discurso, *ora a verdade é Deus, ora o próprio político Bolsonaro*, e isso tem revelado o que as analistas descrevem como “[...] uma espiritualidade vazia e violenta, à beira de um

²⁰ *Emoji* é um termo de origem japonesa que define as imagens que representam uma palavra, emoção etc. nas redes sociais da *internet*, as mais comuns são as que retratam as expressões faciais.

²¹ Aproximadamente em junho de 2022.

²² Ano 2019.

fundamentalismo cujas demandas têm atuado nos níveis político, ético e moral” (Ernst; Silva; Vieira, 2019, p. 117).

À vista disso, a formulação inscrita na SD6, embora tenha também um atravessamento do discurso religioso: “*Misericórdia, Senhor!!! João 8:44 seria o versículo certo para essa pessoa e não João 8:32 [...]*” (SD6) instaura sentidos de resistência tanto ao discurso materializado no vídeo da entrevista, quanto ao discurso político-teológico (Ernst; Silva; Vieira, 2019) discursivizado constantemente por Bolsonaro em seus pronunciamentos como Presidente da República. A internauta, em seus gestos de resistência (SD6), também recorre ao discurso religioso quando usa outra passagem bíblica para se posicionar contra os sentidos antidemocráticos materializados na entrevista. Para ela, o trecho bíblico mais apropriado para uso do político seria o seguinte: “[...] não se firmou na verdade, porque não há verdade nele. Quando ele profere mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso, e pai da mentira” (João 8:44)²³. O vocábulo *verdade* é novamente central na passagem abordada pela internauta, mas em sentido oposto àquele discursivizado na outra passagem. Nesse caso, o termo produz efeitos metafóricos para Bolsonaro “essa pessoa” (SD6) em associação ao diabo, “pai da mentira”, conforme o versículo bíblico mencionado.

No comentário da SD7 também se inscreve sentidos de resistência, ao trazer formulações que demonstram a contradição das falas do entrevistado no decorrer do vídeo, com suas ações como presidente: “[...]: *Quem diria, ele era contra as privatizações. E criticava aumento exagerado do preço do combustível. Disse também que as forças armadas tinham que defender a Amazonia da exploração. Sempre foi contraditório*” (SD7). O discurso inscrito nesse comentário funciona com uma posição-sujeito de denúncia à incoerência do político, uma vez que durante o governo de Jair Bolsonaro, vendas de estatais; constantes aumentos nos preços dos combustíveis e diversas denúncias de exploração da Amazônia, sem a devida fiscalização dos órgãos competentes, fizeram parte da rotina governamental²⁴.

Assim, nas redes sociais, os internautas utilizam as ferramentas dadas pela plataforma, neste caso o *YouTube*, para produzir sentidos e se constituírem como sujeitos. Desse modo, o discurso digital produz outros efeitos, os sentidos tomam amplitude pela rápida circulação e

²³ Disponível em: <https://www.biblionline.com.br/acf/jo/8/44>. Acesso em: jul. 2022.

²⁴ *Bolsonaro já privatizou um terço das estatais.* Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/14/bolsonaro-ja-privatizou-um-terco-das-estatais>. Acesso em: jun. 2022. *Desmatamento na Amazônia cresceu 56,6% sob governo Bolsonaro.* Disponível em: <https://ipam.org.br/desmatamento-na-amazonia-cresceu-566-sob-governo-bolsonaro/>. Acesso em jun. 2022. *O governo Jair Bolsonaro (PL) tem o 2º maior aumento acumulado nos preços do diesel e da gasolina, nas refinarias.* Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/bolsonaro-tem-a-2a-maior-alta-nos-combustiveis-desde-2002/>. Acesso em: jun. 2022.

instauram uma intensa movimentação de posições-sujeito no ciberespaço. Pelo funcionamento do digital, o discurso antidemocrático ganha adesão de muitos internautas, que se negam a reconhecer uma ditadura como tal, se identificam com os saberes da FD militarista e assumem as mesmas posições discursivas de apoio e de defesa da ditadura, sentidos que produzem efeitos de ameaça ao regime democrático.

Todavia, os sentidos sempre podem ser outros, conforme Pêcheux (1995), e se instaura, nesse processo, o funcionamento da resistência à formação discursiva ditatorial e antidemocrática, produzindo sentidos filiados à FD da democracia, conforme SDs 5, 6 e 7. Nestas SDs instaura-se, portanto, o acontecimento discursivo, pela desregularização dos sentidos já estabilizados na memória. Segundo Pêcheux (1990b), o acontecimento funciona pela ruptura com uma rede de formulações já ditas, em se tratando do discurso em pauta, a reinscrição do vídeo na *internet* atualiza a memória do discurso militarista-ditatorial com efeitos de adesão aos sentidos já estabilizados, mas também com a perturbação e desregularização da memória, pelo viés dos comentários digitais, que passa a movimentar os sentidos pela metaforização dos enunciados²⁵, e assim instaura-se outros efeitos de memória, com equívocos e deslocamentos, sob os efeitos da materialidade digital e seu funcionamento, sobretudo pela nova forma de circulação dos discursos.

No ambiente digital, como o *YouTube*, as relações de sentido ocorrem pela constituição dos sujeitos, a partir do momento em que os indivíduos se apropriam e participam desses espaços virtuais. Assim, são instauradas identificações com as formações ideológicas e discursivas em funcionamento nas redes, e isso afeta a produção e a circulação dos sentidos no discurso, bem como o processo de constituição das posições discursivas assumidas pelos sujeitos.

Efeitos de conclusão

A partir das análises realizadas, podemos depreender que o discurso da ditadura militar funcionou mesmo no período da redemocratização brasileira, conforme mostram as primeiras sequências discursivas apresentadas (SDs 1 e 2), com uma posição-sujeito filiada à FD militarista-ditatorial, dominante no discurso inscrito no vídeo, anteriormente exibido nas mídias convencionais, como o programa de TV (1999). No discurso, Jair Bolsonaro também ocupa a

²⁵ O enunciado é entendido aqui como discursivo, não como frase gramatical. De acordo com Courtine (2014), o enunciado apresenta uma existência material e está situado numa relação entre o intradiscurso – lugar da enunciação do sujeito e a atualização de uma memória através de uma formulação discursiva – e o interdiscurso, a memória longa, o conjunto dos já-ditos.

posição de porta-voz do povo, mas sem legitimidade da voz de toda a população, pois o deputado fala contra a democracia, e, conseqüentemente, contra o povo. Também funciona a denegação, quando há a negação de um elemento do saber próprio da FD militarista (Courtine, 2014).

Nessa trama, a Ditadura Militar de 1964 é silenciada, bem como a história e o conhecimento científico, e assim também são silenciados os sentidos de tortura, assassinatos, censura, exílio e perseguição aos opositores e as prisões arbitrárias e políticas, além dos desaparecimentos que ocorreram naquele regime, ou seja, tudo isso, de acordo com a história, identificam e configuram o regime militar como uma ditadura de fato.

A partir da retomada do discurso, em circulação no *YouTube*, sob os efeitos e atravessamentos do discurso digital (Dias, 2018), instaura-se um jogo metafórico, com embates ideológicos em torno dos sentidos de democracia, revolução e ditadura militar, um processo que mobiliza diferentes redes de memórias e uma disputa de sentidos e distintas posições-sujeito.

As últimas sequências discursivas (SDs de 3 a 7), constituídas pelos comentários atuais de usuários do *YouTube*, funcionam tanto com posições-sujeito de adesão ao discurso militarista-ditatorial, como também com posicionamentos de antagonismo a esse discurso. Ou seja, a memória é atualizada com sentidos favoráveis ao discurso enunciado pelo então deputado, Jair Bolsonaro, a exemplo da SD3, mas também temos os confrontos e equívocos de sentidos, conforme exemplos da SD5 até a SD7, nas quais os internautas ocupam uma posição-sujeito filiada à FD da democracia, antagonica à FD militarista-ditatorial.

Dessa forma, a republicação do vídeo com a entrevista mencionada no *YouTube* – e seus respectivos comentários – instaura um acontecimento discursivo, já que atualiza e reorganiza a memória do discurso ditatorial/militar, com efeitos de perturbação e equivocidade dos implícitos.

Referências

AGUIAR-SANTOS, R.; CORTES, G. R. de. O. A memória da ditadura no período da redemocratização brasileira: dos arquivos subterrâneos às mídias digitais. **Letras De Hoje**, 57(1), e43504, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2022.1.43504>
Acesso em: nov. 2022.

CORTES, G. R. O. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica**. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015.

COURTINE, J-J. (1981). **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradutora: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DIAS, C. **A discursividade da rede (de sentidos):** a sala de bate-papo HIV. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2004.

DIAS, C. **Da corpografia:** ensaio sobre a língua/escrita na materialidade digital. Santa Maria: UFSM–PPGL, 2008.

DIAS, C. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. In: **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 44 (3): p. 972-980, set.-dez. 2015.

DIAS, C. **Análise do discurso digital:** Sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

BOLSONARO no Câmara Aberta. [S. l.: s. n.], 1999. 1 vídeo (35 min 38 seg). Publicado pelo canal João Roberto Laque, 2017. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=21IQ84pnuwo&t=869s&ab_channel=Jo%C3%A3oRobertoLaque Acesso em: 12 maio 2021.

ERNST, A.; SILVA, G. M.; VIEIRA, V. V. “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8:32): efeitos de simulação no discurso político on-line. In: **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 30, n. 59, p. 115-132, 2º número 2019. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/44070> Acesso em: jun. 2022.

INDURSKY, F. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Caderno de estudos linguísticos**. Campinas (19): 117-122, jul/dez 1990.

INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, Porto Alegre, vol. 17, n. 35, p. 101-121, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30020> Acesso em maio 2022.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange. (Orgs.). **Memória e história da/na Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

LAMPOGLIA, F. *et al.* Golpe ou revolução? Um jogo discursivo na mídia, In: **Entremeios:** revista de estudos do discurso. v.12, jan.- jun./2016. Disponível em <http://www.entremeios.inf.br/published/308.pdf> Acesso em maio 2022.

LOPES, E.; LANA, F. ACM pede cassação de Bolsonaro. **Senado**. Brasília, 1999. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/ecidadania#/inc/senamidia/historico/1999/5/zn05257.htm> Acesso em maio 2022.

ORLANDI, E. **Discurso e texto:** formulação e circulação de sentido. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso:** princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de estudos linguísticos**, n. 19, p. 7-24, 1990a.

PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento? Campinas-SP: Pontes, 1990b.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso:** Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, [1975] 1995.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. *In*: GADET; HAK (org). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 61-161, 1997.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, E. et al (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

SARGENTINI, V. M. O. Identidade do trabalhador no imaginário do povo. *In*: **Sentidos do povo**. São Carlos: Claraluz, 2006.

Sobre os autores

Rosiene Aguiar-Santos (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8121-6537>)

Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista, BA, Brasil.

Gerencie Ribeiro de Oliveira Cortes (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6597-6192>)

Doutora em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife, PE, Brasil. Professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista, BA, Brasil.

Recebido em mês de julho de 2023.

Aprovado em mês de agosto de 2023.